

A atual dinâmica socioeconômica e espacial da região das Baixadas Litorâneas fluminense: um diagnóstico e algumas proposições

The current socioeconomic and spatial dynamics of the Baixadas Litorâneas region of Rio de Janeiro: a diagnosis and some proposals

JORGE LUIZ ALVES NATAL

JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ

HELICIO DE MEDEIROS JUNIOR

RESUMO

O artigo examina a atual estruturação socioeconômica e espacial da região das Baixadas Litorâneas fluminenses (RBL)/Brasil. Ele mostra que a RBL apresenta importante crescimento econômico devido sobretudo às rendas petrolíferas pagas aos seus municípios — sem perder de vista os impactos suscitados pelas atividades turísticas, bem como dos rendimentos de seus aposentados e pensionistas. Chama-se ainda atenção para a marcada desigualdade social manifesta, dentre outras variáveis, na assimétrica apropriação funcional da renda. Também se chama atenção para a questão espacial (incluindo a dimensão ambiental e a intermunicipal) decorrente da expansão econômica, uma vez que os estratos vulneráveis são forçados a se deslocar para áreas afastadas do litoral, menos dotadas de serviços de uso coletivo. Por fim, clama-se por uma *praxis* inclusiva e comprometida com o futuro na medida em que o corrente *boom* de crescimento da riqueza está assentado basicamente em uma *commodity* que é tanto de valor instável quanto finita (o petróleo).

Palavras-chave: Baixadas Litorâneas fluminense; Dinâmica socioeconômica; Rendias petrolíferas.

ABSTRACT

This article examines the current socioeconomic and spatial structure of the Baixadas Litorâneas region in Rio de Janeiro (RBL), Brazil. It shows that RBL has experienced significant economic growth, mainly due to oil revenues paid to its municipalities — without losing sight of impacts caused by tourism activities, as well as the income of its retirees and pensioners. It also draws attention to the outstanding social inequality brought up, among other variables, regarding the asymmetric functional appropriation of income. It also draws attention to the spatial issue (including the environmental and intermunicipal dimensions) resulting from economic expansion, since vulnerable groups are forced to move to areas far from the coast, less equipped with public services. Finally, claims an inclusive praxis committed to the future, since the current boom in wealth growth is basically based on a commodity that is both unstable in value and finite (oil).

Key words: Rio de Janeiro Coastal Lowlands; Socioeconomic dynamics; Oil revenues.

APRESENTAÇÃO

Sobressai do título deste artigo o recorte geográfico deste artigo: a região das Baixadas Litorâneas Fluminense, denominada nas linhas seguintes como Baixadas Litorâneas e identificada pela sigla RBL. Dele também sobressai o recorte cronológico: a atualidade. Resta, então, explicitar o terceiro recorte, o lógico (qual seja, a pergunta que anima este escrito): a quantas anda a dinâmica econômica no lugar e tempo referidos¹?

Preliminarmente, dentre outros aspectos, avultam nessa delimitação territorial do estado do Rio de Janeiro (ERJ): as intensas atividades turísticas praianas nela verificadas, sobejamente nos feriados prolongados e quando das férias escolares²; a facilidade de acesso aos seus domínios, por conta das boas estradas de rodagem que a alcançam³; o seu expressivo contingente de migrados ou deles descendentes, oriundos em sua maioria da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ); a significativa parcela da sua população que se desloca pendularmente no dia a dia entre os municípios que a compõem, notadamente para Cabo Frio e Rio das Ostras, mas também para a região Norte (em especial, para Macaé e Campos dos Goytacazes), em razão de compromissos profissionais e/ou escolares (Natal; Cruz; Medeiros Junior, 2023); a sua assimétrica ocupação espacial, manifesta nas precárias condições de moradia e nas dificuldades de obtenção dos chamados serviços de consumo coletivo; o seu histórico de insuficiência no que trata do abastecimento de água e de crescentes problemas ambientais; e o recebimento de royalties e

¹ Tal perspectiva metodológica é devedora de Novais (1986).

² Um complemento: essa região também é explorada pelo chamado turismo rural e pelo ecoturismo.

³ Vide: a RJ-106, Rodovia Amaral Peixoto; a RJ-102, Arraial-Búzios; a Via Lagos; a RJ-138, Araruama-São Vicente etc.

participações especiais (Serra, 2021)⁴, de rendimentos oriundos das referidas atividades turísticas e da remuneração auferida por seus aposentados e pensionistas que — em conjunto — nela injetam somas apreciáveis de recursos.

Face o anotado, duas novas perguntas se impõem: a quantas igualmente andam a questão social, bem como a da sua ocupação espacial?

O artigo está estruturado da seguinte maneira: na Seção I são alinhadas informações físico-geográficas, populacionais e econômicas de sorte a proceder uma primeira incursão à região em tela; na Seção II se examina a geração de postos de trabalho, a distribuição funcional da renda e o contingente de “pobres” de modo a avançar o entendimento da sua configuração socioeconômica; na Seção III se mostra que a corrente performance econômica regional, expressivamente positiva, está assentada sobretudo nas rendas petrolíferas (III.1); aprofunda-se, conquanto de maneira concisa, a chamada questão social (III.2); e, mais uma vez concisamente, tecem-se alguns comentários sobre o recente processo de ocupação espacial (III.3). Por último, nas Considerações finais, selecionam-se dadas conclusões e se advoga uma *praxis* que problematize as bases sobre as quais se lastreia o corrente desenvolvimento das Baixadas Litorâneas⁵.

SEÇÃO I: ASPECTOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS, POPULACIONAIS E ECONÔMICOS: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

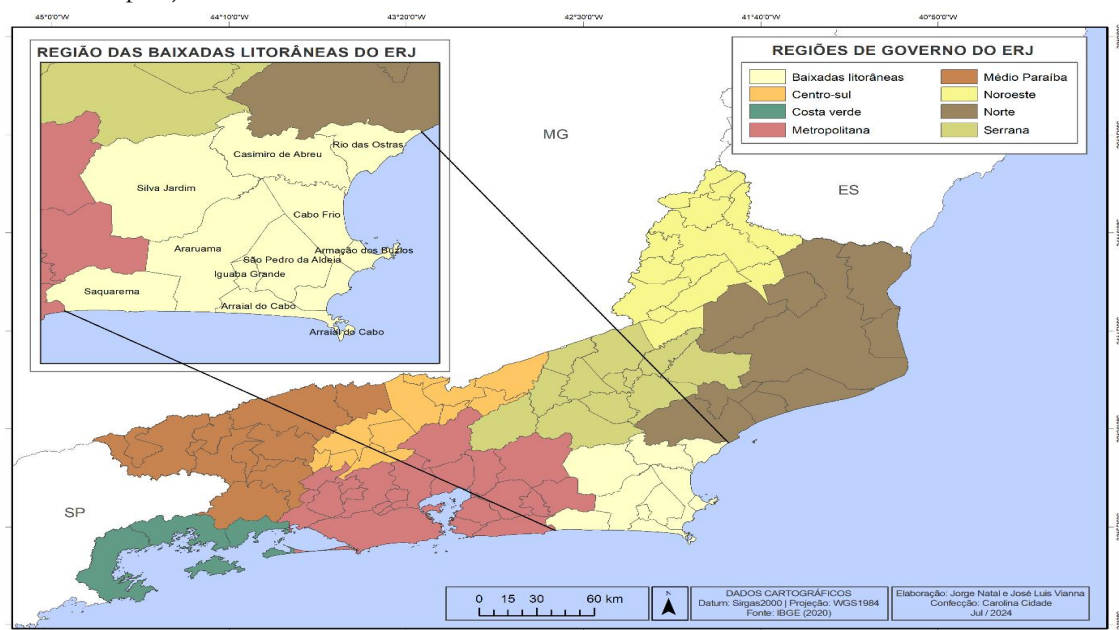
Esta seção se encontra organizada em quatro itens, a saber: I.1. Aspectos físico-geográficos; I.2. Aspectos populacionais; I.3. Aspectos econômicos; e, I.4. Uma visão de conjunto.

I.1. Aspectos físico-geográficos. Ela é uma das oito regiões do ERJ, está localizada na sua porção oriental (de frente para o oceano Atlântico), e faz fronteira ao norte com a região Norte, a noroeste com a região Serrana e ao sul com a RMRJ (conforme mapa a seguir).

⁴ Em linhas bem gerais: eles são rendas oriundas da extração de petróleo e gás pagas a entes governamentais segundo critérios diversos, principalmente de confrontação geográfica com os campos ou poços produtores.

⁵ Para o desenvolvimento dessas *démarches* (e conclusões), metodologicamente, o artigo recorreu a pesquisas bibliográficas e bases de dados disponíveis, visando assim embasar as análises concernentes aos aspectos populacionais, econômicos, sociais e espaciais da região em questão.

Figura 1: Mapa das regiões fluminenses, com destaque para a região das Baixadas Litorâneas (e seus municípios).



Fonte: Fundação Ceperj (2020).

Em reforço aos breves aspectos elencados na Apresentação, anote-se que: a RBL abrange 3.638,970 km², área equivalente a 8,32% do total do ERJ (43.750 km²); Silva Jardim (937,555 km²), Araruama (638,276 km²), Casimiro de Abreu (462,918 km²) (doravante referido como Casimiro) e Cabo Frio (413,499 km²) são seus maiores municípios — somados, alcançam 67,39% do total regional (2.452,248 km²/3.638 km²); os três seguintes são, conforme esse mesmo quesito, Saquarema (352,130 km²), São Pedro da Aldeia (332,488 km²) (doravante S.P. da Aldeia) e Rio das Ostras (228,044 km²), os quais totalizam 25,08% dessa mesma área — logo, Arraial do Cabo (doravante denominado Arraial), Armação dos Búzios (doravante mencionado como Búzios) e Iguaba Grande (doravante denominado Iguaba) possuem 7,53% do total regional; e, ela também se caracteriza por apresentar planícies, praias, dunas, áreas alagadas, lagoas e depósitos fluviais, morros baixos (em Cabo Frio e Búzios), morros continentais (acima de 500 metros) e algumas ilhas costeiras. Por fim, a região conta com duas bacias hidrográficas, como o são a dos Lagos⁶ e a de São João⁷, consideradas essenciais para a estruturação do seu ecossistema⁸.

⁶ Que interage com Araruama, Búzios, Arraial, Iguaba, S. P. da Aldeia, Saquarema e Cabo Frio.

⁷ Que interage com Silva Jardim, Casimiro e Rio das Ostras.

⁸ A esse respeito tenha-se em conta que a Lagoa de Araruama é um dos maiores corpos de água hipersalina em estado permanente do mundo. Ver <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos->

I.2. Aspectos populacionais. Para esse propósito são considerados os dados do Censo de 2000, 2010 e 2022, como consta da tabela 1.

Tabela 1: Distribuição e evolução populacional da região das Baixadas Litorâneas e seus municípios

Estado, região e municípios	População 2000 (A)	População 2010 (B)	População 2022 (C)	C/A (%)	C/B (%)
ERJ (D)	14.391.282	15.989.929	16.055.174	11,56	0,41
RBL (E)	462.325	700.842	868.283	87,77	23,87
E/D (%)	3,21	4,38	5,41	-	-
Municípios	-	-	-	-	-
Araruama	82.803	112.008	129.669	56,60	15,77
Armação dos Búzios	18.204	27.560	40.006	119,76	45,16
Arraial do Cabo	23.877	27.715	30.986	29,77	11,80
Cabo Frio	126.828	186.227	222.161	75,17	19,30
Casimiro de Abreu	22.152	35.347	46.110	108,15	30,45
Iguaba Grande	15.089	22.851	27.920	85,04	22,18
Rio das Ostras	36.419	105.676	156.491	329,70	48,09
São Pedro da Aldeia	63.227	87.875	104.029	64,53	18,38
Squarema	52.461	74.234	89.559	70,72	20,64
Silva Jardim	21.265	21.349	21.352	0,41	0,01

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Dois blocos de comentários se fazem aqui necessários: os que dizem respeito à região como um todo e os referentes aos seus municípios.

No primeiro caso, destaque-se que o contingente populacional dessa região em relação ao do estado do Rio de Janeiro foi ascendente nos 22 anos assinalados (3,21%; 4,38%; e, 5,41%) e que os percentuais regionais constantes da coluna C/A e C/B (pela ordem, de 87,77% e 23,87%) foram superiores aos do ERJ (também pela ordem: 11,56% e 0,41%). Não obstante essas positivities, sublinhe-se que a RBL compreendia em 2022 apenas 5,41% da população total do ERJ. Considerando a distância entre o crescimento populacional das BL e do ERJ nos períodos considerados (C/A e C/B) é possível inferir, com segurança, que o crescimento populacional das BL é profundamente afetado pela economia extrativa petrolífera, o que, por sua natureza, se reduz à transferência das compensações financeiras aos municípios, aqui denominadas genericamente como *rendas petrolíferas*.

No segundo (caso), observados os números populacionais de 2022: destacam-se Cabo Frio (222.161) e, a relativa distância, Rio das Ostras (156.491), Araruama (129.669) e

[lagos/noticia/2022/06/26/mais-salgada-que-o-mar-e-100-vezes-maior-que-a-rodrigo-de-freitas-conheca-a-lagoa-de-araruama-que-nao-e-lagoa.ghtml](https://www.observatorio.org.br/lagos/noticia/2022/06/26/mais-salgada-que-o-mar-e-100-vezes-maior-que-a-rodrigo-de-freitas-conheca-a-lagoa-de-araruama-que-nao-e-lagoa.ghtml)

S.P. da Aldeia (104.029); vale também ressaltar os menos populosos, ou seja, Arraial (30.986), Iguaba (27.920) e Silva Jardim (21.3592); dados os dois subperíodos e em ordem decrescente, salientem-se ainda as taxas de crescimento de Rio das Ostras (329,70% e 48,09%), Búzios (119,76% e 45,16%), Casimiro (108,15% e 30,45%) e Saquarema (70,72% e 20,64%); e todas elas (as taxas) mais uma vez menores nos últimos doze anos diante das registradas no intervalo temporal 2000-2022 — aliás, tal e qual quando considerados os números de 2022 em relação aos de 2010.

Dos parágrafos precedentes, é trivial, sobressaem aspectos limitantes para a ampliação do mercado interno regional, como manifesto nos fatos de: o seu contingente populacional alcançar apenas aproximados 860 mil; a sua participação na população estadual total ser modesta; a sua densidade demográfica se mostrar baixa⁹ (por suposto, daí derivando a existência de vazios espaciais; e a maioria dos seus municípios apresentar número limitado de habitantes. Por fim, ressalte-se que apesar do aumento desse número no período 2000-2022 (vide terceira linha da Tabela 1), ele foi maior no primeiro (2000-2010) e menor no segundo (2010-2022) — de outra forma: ele cresceu matematicamente a taxas decrescentes.

Sendo assim, vale reter que a dinâmica populacional dos anos 2000-2022 (insistindo, de crescimento) foi determinada pelos fatores assinalados na Apresentação — vale dizer: royalties e participações especiais, rendas do turismo e rendimentos dos aposentados e pensionistas. Avançando a análise, note-se que as assinaladas *performances* temporais distintas estão diretamente imbricadas com o comportamento do mencionado primeiro fator. Numa frase: a análise fina dos dados mostra que os distintos comportamentos populacionais acompanham rigorosamente a dinâmica das rendas petrolíferas pagas aos seus municípios — como se mostrará logo adiante (vide capítulo XXIII de O Capital, Marx 2022).

De maneira brevíssima: as rendas petrolíferas pagas aos municípios da região provenientes da exploração da Bacia de Campos aumentaram pronunciadamente nos anos 2000-2010¹⁰ e, na esteira de tal fato, os investimentos em seus domínios¹¹, bem como o

⁹ Em adição, diante do contingente de habitantes e da extensão territorial, registre-se que a RBL totalizava 238,56 hab./km² em 2022, sendo seus municípios mais expressivos os de Rio das Ostras (686,23 hab./km²), Búzios (563,65 hab./km²), Iguaba (547,70 hab./km²) e Cabo Frio (536,85 hab./km²) e, ao reverso, os menos densos em termos demográficos eram os de Casimiro (99,61 hab./km²) e Silva Jardim (21,84 hab./km²). As densidades demográficas dos demais municípios eram as seguintes: S.P. da Aldeia (312,88 hab./km²), Saquarema (254,34 hab./km²), Arraial (203,71 hab./km²) e Araruama (198,45 hab./km²).

¹⁰ A esse respeito tenha-se em conta a criação da Lei do Petróleo de 1997 (Brasil, 1997), que quebrou o monopólio da Petrobras sobre a produção e a exploração petrolíferas e criou as anotadas participações

ritmo de crescimento do seu número de habitantes; eles continuaram expressivos no período 2010-2021, mas não aumentaram tanto como no período anterior, daí o aludido declínio das taxas de crescimento da sua população¹²; e, voltaram a aumentar de maneira cavalgar na última virada de década em razão da exploração altamente produtiva da Bacia de Santos sem no entanto, pelo menos até o momento, impactarem no supramencionado contingente e/ou nas estatísticas coligidas no quadro precedente (essa última assertiva será devidamente esclarecida à frente)¹³.

I.3. Aspectos econômicos. Para esse propósito é considerado o Produto Interno Bruto (PIB) dos anos 2010 e 2021, como segue:

especiais, além de dobrar os royalties pagos pelas empresas petrolíferas. Acresçam-se, na configuração desse quadro, dois fatos: a elevada produtividade dos campos petrolíferos da Bacia de Campos e a alta cotação internacional do barril do petróleo. Para melhor entendimento daqueles anos vale também ter em conta que a economia brasileira e a fluminense experimentavam importante crescimento da renda e do emprego.

¹¹ Exemplifica à perfeição o já anotado: o notável crescimento populacional de Rio das Ostras dos anos 2000-2010, porquanto, por ser vizinho de Macaé (a sede por excelência das atividades produtivas ligadas aos negócios de petróleo e gás), acabou recebendo, por efeito do tipo “transbordamento”, diversos investimentos de capital fixo.

¹² Nesses anos alguns aspectos se mostraram adversos às rendas petrolíferas, tais como: a redução da produtividade dos campos da Bacia de Campos e a redução da cotação do petróleo no mercado internacional. Não fora suficiente, a própria crise da economia da fluminense e nacional, notadamente na segunda metade da supramencionada década, também conspirou contra o aumento populacional.

¹³ A entrada em cena dessa bacia somente começou a gerar rendas mais significativas no fim do período em questão sem, todavia, alcançar o conjunto dos municípios da RBL; de outra forma: tais rendas são pagas de forma significativa apenas aos municípios litorâneos de Arraial (inclusive) para o sul, ou seja, Arraial, Araruama e Saquarema.

Tabela 2: Evolução da participação do Produto Interno Bruto — região das Baixadas Litorâneas e seus municípios, e Estado do Rio de Janeiro.

Estado, região e municípios	2010			2021			C-A	D-B
	(R\$ mil)	% em relação ao ERJ (A)	% em relação à RBL (B)	(R\$ mil)	% em relação ao ERJ (C)	% em relação à RBL (D)		
ERJ	449.858.101	100,00	-	949.300.770	100,00	-	-	-
RBL	26.814.898	5,96	100,00	79.726.862	8,40	100,00	2,44	-
Municípios								
Araruama	1.381.762	0,31	5,15	4.234.265	0,45	5,31	0,14	0,16
Armação dos	1.869.297	0,42	6,97	2.970.333	0,31	3,73	-0,10	-3,25
Arraial do Cabo	400.094	0,09	1,49	2.705.477	0,28	3,39	0,20	1,90
Cabo Frio	9.301.079	2,07	34,69	12.359.627	1,30	15,50	-0,77	-19,18
Casimiro de	2.071.660	0,46	7,73	2.352.168	0,25	2,95	-0,21	-4,78
Iguaba Grande	213.966	0,05	0,80	631.409	0,07	0,79	0,02	-0,01
Rio das Ostras	8.957.877	1,99	33,41	8.949.070	0,94	11,22	-1,05	-22,18
S. P. da Aldeia	929.226	0,21	3,47	2.743.661	0,29	3,44	0,08	-0,02
Squarema	1.464.446	0,33	5,46	42.178.208	4,44	52,90	4,12	47,44
Silva Jardim	225.491	0,05	0,84	602.644	0,06	0,76	0,01	-0,09

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios.

Antes de outras considerações, deve-se lembrar que o cálculo do PIB municipal pelo IBGE contabiliza a produção marítima de petróleo e gás, a qual é atribuída a um ou outro município com base nos percentuais médios de confrontação dos campos marítimos divulgada mensalmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP, 2024). Dadas as anotações anteriores e a tabela precedente, ressalte-se que a participação do PIB regional em relação ao estadual passou de 5,96% para 8,40% no intervalo considerado; quanto aos municípios, em 2021, pela ordem, os de maior PIB foram os de Squarema (R\$ 42,178 bilhões), Cabo Frio (R\$ 12,359 bilhões) e Rio das Ostras (R\$ 8,949 bilhões), num primeiro grupo; na mesma linha, os de PIB mais baixos foram os de Iguaba (R\$ 631,409 milhões) e Silva Jardim (R\$ 602,644 milhões); os demais situam-se num patamar intermediário, porém com números bastante superiores aos desses dois últimos. Na coluna C-A, registre-se o aumento de Squarema (+4,12 pontos percentuais, p.p.), enquanto os demais experimentaram quedas ou aumentos irrisórios; e, na coluna D-B, do mesmo modo, anote-se o espetacular aumento de Squarema (+47,44 p.p.), a diminuição de Rio das Ostras (-22,18 p.p.) e Cabo Frio (-19,18 p.p.) e, em menor grau, também dos seus outros entes federativos.

Nesses termos, pode-se dizer (a) que vem se mostrando significativa a performance econômica de Squarema, em especial no último período (de 11 anos); (b) que, apesar das

taxas de crescimento a menor de Cabo Frio e de Rio das Ostras¹⁴, por conta de seus totais, eles ainda se destacavam diante dos demais (por suposto, exclusive Saquarema); e (c) dados os sete restantes, também se observa o reduzido PIB, assim como as taxas modestas ou mesmo negativas de Silva Jardim e Iguaba. Em reforço aos aspectos anteriores, com respeito à coluna C (os municípios em relação ao ERJ), a participação de Saquarema alcançava 4,4%, enquanto as de Rio das Ostras (0,94%) e Cabo Frio (1,30%) eram bem menores.

I.4. Uma visão de conjunto. Do exposto sobressaem os seguintes aspectos: a perda de velocidade do crescimento populacional regional nos anos 2010-2022; a relação matemática biunívoca existente entre os municípios de PIB e contingente populacional mais elevados, é dizer, Saquarema, Cabo Frio, Rio das Ostras e Araruama (o mesmo acontece entre os de economias frágeis e de menor número de habitantes, é dizer, Arraial, Iguaba, Silva Jardim e Casimiro etc.); a histórica primazia econômica regional de Cabo Frio e Rio das Ostras foi superada na presente conjuntura por Saquarema, graças ao crescimento da produção petrolífera em sua costa; a existência de municípios relativamente débeis em termos econômicos, tais como Silva Jardim e Iguaba; a importância dos dois supramencionados fatores para a dinâmica populacional regional, mas com centralidade de um deles, o das rendas petrolíferas; e as recentes e expressivas rendas da Bacia de Santos e o crescimento mais lento das provenientes da (Bacia) de Campos¹⁵.

SEÇÃO II: A QUESTÃO SOCIOECONÔMICA: UMA ANÁLISE MAIS DETIDA

A presente seção está estruturada em quatro itens, como segue: II.1. Preâmbulo (metodológico); II.2. O problema da geração de postos de trabalho; II.3. A tipificação da distribuição da renda e a pobreza; e, II.4. Uma sucinta e preliminar conclusão.

II.1. Preâmbulo (metodológico). A análise a seguir está organizada em dois blocos: o primeiro se assenta nas informações obtidas da Relação Anual de Informações

¹⁴ Nota da edição: com toda a probabilidade, o declínio da participação de Cabo Frio e Rio das Ostras nos produtos internos brutos da região e do estado reflete a queda na produção petrolífera verificada em suas respectivas costas, situadas na Bacia de Campos.

¹⁵ Municípios da Bacia de Campos tiveram relativa recuperação nos níveis de repasses de royalties e participações especiais a partir de 2021 a despeito do rápido declínio na produção verificado nessa bacia nos últimos anos. Em geral, essa recuperação pode ser atribuída a outros elementos, tais como a cotação internacional do petróleo e a taxa de câmbio.

Sociais (Rais)¹⁶; e, o segundo, nos dados do Coeficiente de Gini¹⁷ e do CadÚnico¹⁸. De modo mais preciso: a análise do primeiro bloco considera a variação absoluta dos postos de trabalho por setor de atividade econômica das oito regiões do ERJ (Tabela 3) e, em seguida, a mesma variação é examinada em vista dos dez municípios da região-objeto deste artigo (Tabela 4)¹⁹; e, o segundo bloco avalia dados dos anotados Coeficiente de Gini (Tabela 5) e CadÚnico (Tabela 6).

II.2. O problema da geração de postos de trabalho²⁰. No que trata das regiões de governo do ERJ, mirando a “nossa” região-objeto, tenha-se em conta a tabela 3.

¹⁶ Ela visa suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista, prover dados para a elaboração de estatísticas de trabalho e disponibilizar informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Tais dados e informações indicam quem são essas pessoas e famílias, como elas vivem e do que precisam para melhorar suas vidas (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2012, 2022).

¹⁷ Esse Coeficiente varia entre zero e um: quanto mais próximo de zero mais igual é a distribuição da renda apropriada pelos indivíduos e de um, ao contrário, mais desigual (no limite, nesse último caso, um único indivíduo dela se apropriaria na sua inteireza). Logo, ele mede a desigualdade da distribuição/apropriação da renda gerada.

¹⁸ Ele registra o número de pessoas e famílias cujas rendas domiciliares per capita são de até ½ salário-mínimo.

¹⁹ Como antes, as análises que seguem consideram as regiões de planejamento adotadas pelo governo do ERJ.

²⁰ Aqui considerado enquanto um proxy do dinamismo econômico regional e de seus municípios.

Tabela 3: Variação absoluta dos postos de trabalho por setor de atividade e regiões de governo do estado do Rio de Janeiro: 2010-2022

Setor de atividade	Metropolitana	Noroeste	Norte	Serrana	Baixas Litorâneas	Médio Vale do Paraíba	Centro-Sul	Costa Verde	Total
Agricultura	1.424	-232	-222	1.542	26	-321	-2	177	2.392
Indústria	-94.684	4.702	5.942	-6.193	6.938	6.943	1.693	3.622	-78.281
Extr. mineral	2.933	-106	-9.384	-23	1.315	-47	-335	-32	-5.679
Mín. não-metálicos	-4.169	-1	-439	146	188	-145	-229	39	-4.610
Metalurgia	-5.743	-18	-916	-81	1.015	2.007	427	-1	-3.310
Mecânica	-2.496	67	4.349	228	1.021	5.779	79	28	9.055
Eletr. e comunicação	-1.325	10	1.478	39	103	-406	175	-2	72
Mat. Transportes	-10.448	-120	1.944	-299	394	1.555	-414	-1.727	-9.115
Mad. e mobiliário	-2.279	-12	-133	-269	156	-143	252	-150	-2.578
Papel e gráfica	-12.892	211	-248	-227	221	315	253	-1	-12.368
Borracha, fumo e couros	-2.792	6	355	-283	-17	657	618	1	-1.455
Química	-25.876	191	166	-1.736	356	456	845	-9	-25.607
Têxtil	-15.052	225	-371	-3.620	-30	-630	-751	-3	-20.232
Calçados	-586	0	-27	-52	-1	-11	0	1	-676
Alim. e bebidas	6.948	332	2.989	798	1.223	395	344	506	13.535
Serv. util. Pública	9.517	940	648	392	288	670	387	367	13.209
Constr. civil	-30.424	2.977	5.531	-1.206	706	-3.509	42	-2.639	-28.522
Serviços	166.952	11.145	32.352	21.064	49.344	27.956	5.967	10.156	324.936
Com. Varejista	-6.983	2.307	1.607	5.783	13.035	3.202	935	3.336	23.222
Com. Atacadista	5.705	-154	566	1.090	1.111	843	2.312	120	11.593
Inst. Financeiras	-1.571	162	314	-64	107	-333	134	59	-1.192
Adm., téc. e prof.	44.005	2.402	9.230	3.493	3.809	4.640	-1.405	387	66.561
Transporte e comunicação	-27.920	1.689	5.705	2.541	3.580	3.076	171	663	-10.495
Aloj. e alimentação	32.051	277	566	1.844	7.685	1.488	-3.536	2.849	43.224
Méd., odonto. e veter.	54.894	1.408	3.514	914	3.567	5.996	1.303	-200	71.396
Ensino	36.923	1.233	6.865	1.157	4.843	2.636	1.436	1.003	56.096
Adm. pública	29.848	1.821	3.985	4.306	11.607	6.408	4.617	1.939	64.531
TOTAL	73.692	15.615	38.072	16.413	56.308	34.578	7.658	6.711	249.047

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - Rais.

Na agricultura, houve aumento de postos de trabalho (p.t.) no estado do Rio de Janeiro (+2.392), com a RBL contribuindo com apenas +26 p.t. Na indústria, os postos de trabalho diminuíram no ERJ em 78.281, porém na RBL eles aumentaram em 6.938. No setor de serviços, houve aumento de 324.936 no âmbito do ERJ e de 49.344 na RBL. Na administração pública, registrou-se aumento no plano estadual (+64.531) e no regional (+11.607). No que se refere aos quantitativos totais, no ERJ houve aumento pronunciado de postos de trabalho (+249.047), assim como na RBL (+56.308) — segundo número mais expressivo dentre as regiões que lograram elevá-lo naquela quadra histórica, representando cerca de 25% do total do crescimento estadual dos empregos formais no período.

Em síntese: alguns dos números assinalados confirmam a importância das rendas auferidas pelos municípios da RBL, especialmente, como apontado, das oriundas das atividades petrolíferas. Nesses termos, apesar dos senões referidos, pode-se dizer que, além da administração pública (com certo fôlego fiscal para fazer políticas de geração de emprego e renda), houve desempenho digno de nota em dados subsetores dos serviços e da indústria, como exemplificado pelo/pela comércio varejista (13.035 p.t.), alojamento e alimentação (7.685 p.t.), ensino (4.843 p.t.), administração, técnico e profissional (3.809 p.t.), transportes e comunicação (3.580 p.t.), médico, odontológico e veterinário (3.567 p.t.), extrativa mineral (1.315 p.t.), alimentação e bebidas (1.223 p.t.), mecânica (1.021 p.t.), comércio atacadista (1.111 p.t.) e metalurgia (1.015 p.t.)²¹.

Em seguida, tendo em conta mais uma vez a variação dos postos de trabalho, o que segue examina a situação intrarregional, conforme tabela 4.

²¹ Foram elencados aqui apenas os subsetores que registraram variação superior a mil postos de trabalho.

Tabela 4 - Variação absoluta dos postos de trabalho por setor de atividade e municípios da região das Baixadas Litorâneas: 2010-2022.

Setor de atividade	Região das Baixadas Litorâneas										Total
	Araruama	Búzios	Arraial	Cabo Frio	Casimiro	Iguaba	Rio das Ostras	S. P. da Aldeia	Saquarema	Silva Jardim	
Agricultura	69	-6	1	-153	-18	4	52	32	3	42	26
Indústria	1.881	191	-70	-401	529	-11	3.533	808	-194	672	6.938
Extr. mineral	-6	0	-15	-117	-3	2	1.348	114	-10	2	1.315
Min. não-metálico	153	-3	1	21	23	-3	-123	45	97	-23	188
Metalúrgica	-41	-1	13	19	4	0	958	11	52	0	1.015
Mecânica	50	-1	5	5	-9	0	803	-8	176	0	1.021
Elétr. e comunic.	9	0	1	-5	9	0	61	1	27	0	103
Mat. transporte	26	2	-32	26	0	0	387	-136	121	0	394
Mad. e mobiliário	-55	1	4	-22	-2	-22	-10	16	214	32	156
Papel e gráf.	-5	97	-3	-33	-23	4	-36	-17	240	-3	221
Borr. fumo couros	-48	-6	0	24	2	2	-17	15	11	0	-17
Química	-23	0	-73	343	19	0	-39	-6	137	-2	356
Têxtil	-23	-9	-1	-61	74	0	2	-6	-6	0	-30
Calçados	0	0	0	-1	0	0	0	0	0	0	-1
Alim. e bebidas	-30	45	29	301	59	-1	302	362	176	-20	1.223
Serv. util. pública	112	0	-61	-45	-85	0	187	173	40	-33	288
Construção civil	1.762	66	62	-856	461	7	-290	244	-1.469	719	706
Serviços	7.474	4.865	4.193	8.348	1.536	933	11.197	7.464	2.651	683	49.344
Com. varejista	3.341	1.189	254	2.112	479	241	2.486	1.645	1.154	134	13.035
Com. atacadista	8	5	-14	-35	95	-16	4	1.032	38	-6	1.111
Instit. financeira	33	23	-1	76	9	18	65	44	-161	1	107
Adm., técn. e prof.	890	227	239	1.956	42	-97	2.209	928	-2.611	26	3.809
Transp. e comunic.	432	362	128	703	141	28	1.585	280	-53	-26	3.580
Aloj. e alimentação	-192	1.795	673	2.178	225	102	597	546	1.561	200	7.685
Méd., odont. e veter.	908	66	19	1.047	49	32	745	492	207	2	3.567
Ensino	401	122	42	781	69	2	863	2.524	58	-19	4.843
Adm. Pública	1.653	1.076	2.853	-470	427	623	2.643	-27	2.458	371	11.607
Total	9.424	5.050	4.124	7.794	2.047	926	14.782	8.304	2.460	1.397	56.308

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - Rais.

Advém desse quadro que (a) a agricultura gerou número mínimo de postos de trabalho, destacando-se, com alguma positividade (mas nada excepcional) os municípios de Araruama, Rio das Ostras e Bom Jardim; (b) a indústria gerou número positivo de postos

de trabalho, apesar dos pesares, sublinhando-se a extrativa mineral, a metalurgia e a mecânica de Rio das Ostras, a química de Cabo Frio²², e a de alimentos e bebidas de S.P. da Aldeia e outra vez Rio das Ostras; (c) os serviços geraram número expressivo de postos de trabalho, realçando-se a performance: do comércio varejista em todos os seus municípios; da administração, técnico e profissional em Araruama, Arraial e Rio das Ostras; do médico, odontológico e veterinário em Araruama e Cabo Frio; do comércio atacadista em S.P. da Aldeia; de ensino em Rio das Ostras e S.P. da Aldeia; de alojamento e alimentação em Búzios, Arraial, Cabo Frio, Saquarema, Casimiro e Silva Jardim; (d) a Administração pública, como também já se anotou, apresentou performances positivas, destacando-se os municípios de Arraial, Rio das Ostras, Saquarema, Araruama e Búzios.

II.3. A tipificação da distribuição da renda e a pobreza²³. Para análise da distribuição da renda (através do Coeficiente de Gini) e da pobreza (através do contingente de “pobres” via CadÚnico) foram considerados apenas dois conjuntos de municípios: os mais dinâmicos economicamente (Saquarema, Cabo Frio e Rio das Ostras) e os menos importantes no que concerne a esse mesmo aspecto (Casimiro, Silva Jardim e Iguaba). Tal escolha partiu do seguinte questionamento: existe distinção entre esses dois grupos de municípios em termos de apropriação da renda gerada (ou não)?

Coeficiente de Gini (CG). De forma sucinta (vide Tabela 5), pode-se dizer que os CG dos municípios da RBL se situavam na média em níveis intermediários, sendo o mais elevado o de Cabo Frio em 2000 (0,6022) e o mais baixo o de Casimiro em 2010 (0,4967) — secundado pelo de Silva Jardim em 2010 (0,5072)²⁴. Ainda: a diferenciação social regional “captada” pelo CG não parecia ser então das mais abissais como acontece em tantos lugares do país. Nesses termos, cumpre anotar que as diferenças da distribuição de renda não seriam expressivas quando considerados os dois blocos de municípios

²² Esse município possui uma tradicional indústria de vestuário, de moda praia, que embora tenha declinado sua participação no volume geral de empregos, continua com alguma importância no âmbito regional. Pontue-se ainda que sua também tradicional indústria extrativa de sal, conhecida no País, pela produção do Sal Cisne, perdeu relevância, tanto que agora o ERJ o importa do Rio Grande Norte.

²³ Os termos pobreza e pobre (assim como rico) são aqui utilizados com reservas pelo fato de os autores os entenderem como teoricamente insubsistentes, posto existir na sociedade do capital (que é do que se trata) duas classes sociais, mas não essas “pobres” e “ricos”, mas sim capitalistas e trabalhadores. E mais: os termos assinalados são derivados dos rendimentos auferidos pelas inscrições de classe dos indivíduos no processo de produção e apropriação da riqueza social. Logo, são essas inscrições estruturais as determinantes dos rendimentos em questão; por conseguinte, eles são inteiramente determinados e não passam de fetiches da realidade social em foco.

²⁴ Resulta dessa tabela que o ano de 2010 (segundo mandato do governo do presidente Lula da Silva) foi o período no qual quase todos os municípios (com exceção de Iguaba) experimentaram quedas de seus CG. É dizer: redução da desigualdade social em termos de apropriação da renda gerada.

arrolados²⁵. Não obstante, os dados em análise evidenciam a existência de problemas distributivos (ou de apropriação da renda) nos anos examinados que não devem ser subestimados, tanto mais se tenha em conta ser aquela conjuntura marcada pelo crescimento da economia fluminense e nacional — o que provavelmente ajuda a explicar a melhoria desses indicadores em 2000 e 2010 nos municípios analisados (excluindo Iguaba). Contudo, é evidente, esses dados distam razoavelmente dos tempos correntes. E isso é relevante, posto haver desde aquela época ingresso significativo de recursos na economia regional, bem como, por causa, a realização de diversos investimentos que agravaram ainda mais a assimetria social outrora existente.

Tabela 5: Coeficiente de Gini (CG) de municípios selecionados

Municípios	1991	2000	2010
Saquarema	0,5620	0,5507	0,5383
Cabo Frio	0,5619	0,6022	0,5579
Rio das Ostras	X	0,5780	0,5366
Casimiro	0,5666	0,5160	0,4967
Silva Jardim	0,5442	0,5686	0,5072
Iguaba	X	0,5634	0,5670

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

CadÚnico. Partiu-se da ideia de que a quantidade ou porcentagem de pessoas inscritas nesse cadastro permite melhor apreender a extensão da chamada baixa renda — no caso, na região ora analisada. A respeito, vide tabela 6:

Tabela 6: Pessoas cadastradas no CadÚnico de municípios selecionados:

Unidade Geográfica	População Residente (a)	Pessoas cadastradas ²⁶ (b)	Percentual (b/a)
	(agosto 2022)	(maio 2024)	(maio 2024)
Brasil	203.080.756	96.729.847	47,63
ERJ	16.055.174	6.848.831	42,65
RBL	868.285	439.914	50,66
Saquarema	89.559	61.985	69,21
Cabo Frio	222.161	99.816	44,93
Rio das Ostras	156.491	66.953	42,78
Casimiro	46.110	19.635	42,58
Silva Jardim	21.352	13.036	61,05
Iguaba	27.920	18.723	67,06

²⁵ Fora do bloco acima registre-se que Búzios, conquanto exceção, reafirma a relação biunívoca existentes entre lugares “ricos” e desigualdade social mais extremada, com seus 0,5950 de 2010, assim como o CG de Cabo Frio de 2000.

²⁶ O termo Pessoas Cadastradas passou a incluir desde o ano passado famílias com renda média mensal de até dois salários-mínimos (equivalendo assim a até meio salário-mínimo médio mensal por pessoa de uma mesma família que, por sua vez, tem como limite quatro pessoas).

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022. Data de referência: 08/2022.

Dado o quadro anterior, observa-se o seguinte: os contingentes populacionais inscritos no CadÚnico são elevados (50,66%) — situando-se acima dos verificados no âmbito estadual e no nacional, percentual esse puxado pelos municípios de Saquarema (69,21%), Iguaba (67,06%) e Silva Jardim (61,05%); as unidades subnacionais que alcançam os referidos percentuais são dois (em três) dos mais ‘pobres’ (Silva Jardim e Iguaba) e, como se disse, o mais novo rico, Saquarema; e, a média dos seis municípios em tela (54,60%) é superior à da região ora examinada (50,66%), à nacional (47,63%) e à estadual (42,65%). Ou seja: apesar do crescimento econômico, constata-se que a situação econômico-financeira de parte significativa da sua população deve ser considerada grave.

II.4. Uma sucinta e preliminar conclusão. Do conjunto de apontamentos efetuados nesta seção, retenha-se: a fragilidade da agricultura (+26 p.t.), o bom despenho da indústria (+6.938 p.t.) e da administração pública (+11.607 p.t.), e a contribuição decisiva dos serviços (+49.334 p.t.); a relativa dinamicidade econômica dos subsetores comércio varejista e atacadista; alojamento e alimentação; administração, técnico e profissional; transportes e comunicação; médico, odontológico e veterinário; ensino; mecânica; metalurgia; química; alimentação e bebidas etc. (reiterando: por causa principalmente do ingresso das rendas petrolíferas); e o exame do CadÚnico comprovou a existência de graves limitações econômico-financeiros de contingentes significativos da sua população. Isto posto, o reexame desse temário se mostra inevitável, uma vez ser inaceitável para qualquer processo societário que se queira civilizatório a existência de números tão expressivos de “pobres” e miseráveis, e tanto mais quando se considera ser essa região economicamente dinâmica.

SEÇÃO III: ECONOMIA, SOCIEDADE E ESPAÇO: UMA NOVA APROXIMAÇÃO

Esta seção está organizada em três movimentos analíticos. No primeiro, mostra-se que a atual dinamização econômica se assenta fundamentalmente nas rendas petrolíferas e não em qualquer fator ou experiência pregressa (Seção III.1); no segundo, retoma-se o tema da chamada questão social em curso; e, no terceiro, examina-se o processo de ocupação espacial, em especial o verificado nos últimos anos (Seção III.3).

III.1. Das atividades econômicas anteriores aos anos 1970 à ulterior dinamização regional

A RBL é conhecida pela tradição na produção de sal na pesca. Dessas, a salineira sobrevive, mas declinante; e a pesqueira continua apresentando alguma importância.

Enfim, a presente dinamização da economia regional em análise pouco tem a ver com esse passado. Isso se explica pelo fato de ela ter começado a deslançar através de uma atividade nova, a turística, e apenas nos anos 1940. Para tal contribuiu a então inaugurada rodovia Amaral Peixoto. Destarte, como essa estrada se restringia ao espaço do antigo ERJ²⁷, ela não o ligava à proeminente ex-capital federal e, por isso, seu desenvolvimento turístico persistiu limitado. Por seu turno, a importantíssima BR-101, que margeia todo o litoral brasileiro, do Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte, alcançou o trecho Niterói-RBL apenas nos anos 1950-60 — todavia ainda de modo precário. Portanto, a região em tela permaneceu relativamente isolada da cidade do Rio de Janeiro, e de boa parcela dos municípios integrantes do que veio a ser nomeado como RMRJ nos anos 1970²⁸.

Passo seguinte, inevitável afirmar que a inauguração da Ponte Rio-Niterói — em 1974 — foi o primeiro marco efetivo desse processo de maior integração de boa parcela da metrópole fluminense com a região ora examinada. Acrescente-se que na esteira da inauguração dessa grande obra foram sendo melhoradas as condições de trafegabilidade das rodovias que partiam dessa ponte, bem como de outras que facilitavam o acesso à RBL, tais como a Niterói-Manilha, a Magé-Manilha, a Itaboraí-Friburgo (Rota 116), a Macaé-Campos dos Goytacazes, a Via Lagos (Rio Bonito-S.P. da Aldeia) etc. Contudo, o processo de ocupação das Baixadas Litorâneas começou antes dessas melhorias; no entanto, ele persistiu apresentando restrições até mais ou menos o final do século XX. De forma diversa: os municípios dessa região continuaram estando relativamente afastados em relação à importante metrópole do ERJ e seus balneários existindo eivados de precariedades infraestruturais para efeito do recebimento dos turistas que para eles se dirigiam.

²⁷ Existente até sua fusão com o também antigo estado da Guanabara, em julho de 1974.

²⁸ De outro jeito: no caso dos cariocas e de muitos residentes da metrópole fluminense o acesso ao espaço em exame era demorado e penoso (pela qualidade das rodovias). Havia duas possibilidades de chegar nessa região: via barcas (Rio-Niterói) e seguimento da viagem em carro particular ou ônibus a partir dessa última cidade; ou, também via carro particular ou ônibus acessando em primeiro lugar a Rio-Petrópolis, depois a Rio-Teresópolis, em seguida a Magé-Manilha e, finalmente, a BR-101.

No último quartel do século XX, a crise econômica manifesta — leia-se: período 1980-1994, conforme Natal (2005) — e a irrupção de significativo quadro de violência urbana na cidade do Rio de Janeiro e em seu entorno, quiçá contando com o apontado/relativo isolamento físico-geográfico, levaram muitas pessoas a migrarem para a RBL e parcela delas a transformarem suas segundas residências (de veraneio) em primeiras. Uma adição: parte expressiva desses migrados era constituída dos aludidos aposentados²⁹ e pensionistas que, por suposto, carregaram para os domínios da RBL, além de maior adensamento urbano³⁰, um consumo mais elevado e regular face o antes existente. Entretanto, não foi esse processo que viabilizou o atual nível de riqueza dessa região (como segue).

O terceiro e decisivo movimento de dinamização ocorreu mesmo a partir dos anos 1990, estendendo-se até os dias de hoje. Ele tem como ponto de partida o ingresso nas contas públicas da RBL dos vultosos repasses dos royalties e participações especiais relativos à produção e exploração da Bacia de Campos (Cruz; Terra, 2018). Do início da vigência da Lei do Petróleo (Brasil, 1997) até meados da década de 2010, os recursos mais volumosos foram repassados para os municípios da RBL pertencentes à Bacia de Campos (de Arraial do Cabo, situado no limite entre as bacias, para norte), ao passo que a partir de então os maiores beneficiários foram os beneficiados com a produção dos grandes campos no pré-sal da Bacia de Santos (Arraial, Casimiro, Araruama e Saquarema).

²⁹ Também concorreu para tal o fato de diante das ameaças neoliberais de retirada de direitos trabalhistas e previdenciários houve importante corrida pelas aposentadorias daqueles que apresentavam os requisitos mínimos para solicitá-la.

³⁰ Em particular, Cabo Frio e Rio das Ostras.

Tabela 7: Royalties de municípios selecionados, em valores nominais (totais)

Estado do Rio de Janeiro, Região das Baixadas Litorâneas e Municípios	Distribuição dos royalties					
	2021 (R\$)	Participação % em relação ao ERJ (A)	Participação % em relação à RBL (B)	2024 (R\$)	Participação % em relação ao ERJ (C)	Participação % em relação à RBL (D)
Estado do Rio de Janeiro (ERJ)	7 776 220 078	100.00	-	13 112 746 548	100.00	-
Região das Baixadas Litorâneas (RBL)	2 133 175 698	27.43	100.00	4 437 714 697	33.84	100.00
Araruama	137 046 629	1.76	6.42	525 549 681	4.01	11.84
Armação dos Búzios	231 234 950	2.97	10.84	168 290 658	1.28	3.79
Arraial do Cabo	151 921 108	1.95	7.12	546 843 509	4.17	12.32
Cabo Frio	283 923 679	3.65	13.31	374 472 767	2.86	8.44
Casimiro de Abreu	105 158 333	1.35	4.93	224 738 712	1.71	5.06
Iguaba Grande	79 119 136	1.02	3.71	205 220 414	1.57	4.62
Rio das Ostras	169 360 507	2.18	7.94	210 716 896	1.61	4.75
São Pedro da Aldeia	23 791 215	0.31	1.12	34 949 171	0.27	0.79
Saquarema	901 698 744	11.60	42.27	2 012 494 239	15.35	45.35
Silva Jardim	49 921 397	0.64	2.34	134 438 650	1.03	3.03

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Superintendência de Controle das Participações Governamentais.

(1) Refere-se à soma de concessão e partilha.

Sem embargo, a elevação dessas rendas, em termos gerais, com destaque para os municípios contemplados pelas rendas referente à produção dos poços da Bacia de Santos, segundo Nazareth (2021)³¹, aponta(va) para um fato preocupante: o da elevação vertiginosa do grau de dependência das finanças públicas municipais (rendas petrolíferas divididas pelas receitas totais). A experiência desastrosa da região Norte Fluminense, de desperdício em meio à dependência dos ciclos bilionários, é alerta que não deveria ser perdido de vista (Natal; Cruz; Medeiros Júnior, 2023) — vide os indicadores sociais apresentados (CG e CadÚnico); assim como, mas reversamente, as experiências dos vizinhos Niterói e Maricá que, dados os fundos criados com esses recursos, revelam-se como ensinamentos que não deveriam ser perdidos de vista.

III.2. A dimensão social propriamente dita. Evidentemente a elaboração de análise rigorosa e abrangente sobre tal temário excede os limites deste artigo na medida em que, apesar do crescimento da renda em curso, como é recorrente no Brasil, ela não se

³¹ Embora consideremos o índice de Nazareth – amplamente adotado por autores que tratam dessa temática - válido para os argumentos e evidências apresentados neste artigo, é importante registrar que ele é contestado em NEY; CAETANO (2023).

fez/faz acompanhar da sua partição em moldes mais igualitários³². Para melhor aclarar a configuração social em questão, tenham-se em conta os dados da tabela 8.

Tabela 8: Indicadores socioeconômicos selecionados - 2020, 2021 e 2023

Municípios	PIB per capita anualizado (em reais)	Unidade de Salário Médio Mensal dos Trabalhadores Formalizados (SMF) (em reais)	Pessoal ocupado	População ocupada como porcentagem da população total	Porcentagem da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo ³³	Esgotamento sanitário (porcentagem) (total de residências)	Matrícula ensino médio (dada a população total)
Araruama	26.000	1,8	23.123	17,2	36,1	63,1	4.499
Búzios	60.500	1,9	14.209	41,2	31,1	89,6	1.708
Arraial	60.000	1,9	6.578	21,5	35,4	91,1	1.188
Cabo Frio	53.000*	2,0*	52.619*	22,48	34,5	82,3	6.550**
Casimiro	35.134	2,0	7.358	16,3	31,1	74,7	2.215
Iguaba	20.000	1,8	3.889	13,5	34,9	85,8	1.413
Rio das Ostras	40.865	3,4	29.824	19,2	32,5	85,4	5.418
S. P. da Aldeia	25.000	3,1	19.133	18,0	36,1	80,2	3.447
Squarema	167.000	1,7	18.696	20,6	36,3	54,6	3.059
Silva Jardim	27.676*	2,4	4.172*	19,6	39,6	61,3***	680

Fonte: IBGE, Cidades (2020 e 2021). OBS.: Os dados sem nenhum asterisco são de 2020; os com um asterisco são de 2021; os com dois asteriscos de 2023; e, o com três asteriscos de 2010 (penúltima coluna que, em regra, apresentam certa inércia). O recurso a datas diferentes é porque não existem os mesmos dados em um determinado ano para todos os municípios. Entende-se que, principalmente pela proximidade dos anos 2020, 2021 e 2023, não existam prejuízos para fins analíticos (de comparação).

Em resumo: a) constata-se que Squarema detém o maior PIB *per capita* e o menor salário médio entre os trabalhadores formalizados (leia-se, com carteira assinada) — um aparente paroxismo do capitalismo, em particular nos países periféricos; b) verifica-se que, ao reverso, Silva Jardim registrou o quarto menor PIB *per capita* e o terceiro maior salário médio dos trabalhadores formalizados- SMF - sugerindo a existência nesse município, a se investigar, de algum “equilíbrio social”, no sentido de uma possível menor concentração da renda; c) observa-se ainda que os aludidos salários são de no máximo 3,4 SMF (em Rio das Ostras). É dizer: nos dias correntes esse rendimento seria de cerca de R\$ 5.200,00 — valor esse que sabidamente está longe de ser desprezível em termos nacionais; d) tem-se que os percentuais da população ocupada na sua relação com a população total são preocupantes (a relativa exceção nesse caso ficava por conta de Búzios); e) anote-se que o percentual da população com renda nominal mensal *per capita* de até ½ salário-mínimo é igualmente

³² Em regra, por esses lados do planeta, em verdade ela tende a se tornar inclusive mais desigual com o avanço da riqueza econômica (Kalecki, 1977).

³³ Percentuais extraídos de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil> (consulta em 29.05.2024).

preocupante, uma vez ele transitar entre os 31,1% de Casimiro e os 39,6% de Silva Jardim; f) assinala-se que o esgotamento sanitário se mostra problemático em pelo menos quatro municípios — Araruama (36,9 p.p.), Casimiro (25,3 p.p.), Saquarema (45,4 p.p.) e Silva Jardim (38,7 p.p.); e g) destaque-se que o número de pessoas matriculadas no ensino médio é mais uma vez preocupante, em especial quando cotejado com o de habitantes de cada uma das unidades subnacionais da RBL. Concluindo: mesmo sem explorar a chamada questão social regional, parece não haver dúvida de que há muito a estudar e a fazer acerca desse aspecto da vida societária da RBL, dada a existência de sérios problemas distributivos e o elevado número de pessoas com limitação econômico-financeira.

III.3. A dimensão espacial. Outra dimensão, correlata à examinada anteriormente, concerne ao processo de ocupação do território das Baixadas Litorâneas, notadamente a partir dos anos 1970, quando essa região começou a ingressar na rota turística do ERJ e do seu entorno metropolitano. Tal fato por si só impactou sua espacialidade, dadas as obras levadas adiante para atender a essa demanda, como expresso no asfaltamento de ruas, construção de pousadas e hotéis e instalação de estabelecimentos comerciais etc. Tão importante quanto: essas obras, públicas e privadas, privilegiaram as áreas próximas ao mar. Nesses termos, inevitável dizer que os atributos físicos dessa região foram decisivos para o direcionamento das atividades econômicas e sua reconfiguração espacial, no caso, com o destaque das turísticas.

No bojo desse processo, com crescente afastamento do mar, foram sendo ocupadas localidades marcadas, entre outros aspectos, pela falta de infraestrutura básica e de saneamento básico³⁴. Ou seja, além das sequelas dessa ocupação espacial, áreas de manguezais, lagoas etc. foram alcançadas devido à apropriação/especulação fundiária e imobiliária. Outro rebatimento deletério desse processo (de avanço da mercantilização das Baixadas Litorâneas/de seus espaços) é o do aumento das restrições à limitada produção primária verificada em seus domínios, porquanto, além da questão da qualidade do solo (já referida), passaram a ser reduzidas as áreas dedicadas ao plantio e a uma ou outra criação de aves e gados — sem contar a redução da importância da atividade pesqueira artesanal/tradicional. Ou seja: com a aceleração dos impactos ambientais essas atividades sofreram um novo revés.

³⁴ Nelas, inclusive, entre outras questões, verifica-se o lançamento de esgoto nos corpos d'água.

SEÇÃO IV. Considerações finais: um resgate das conclusões e os necessários apoios institucionais. Três são os movimentos analíticos que seguem: a realização de um determinado resgate das conclusões do artigo; o destaque das atividades a apoiar para efeito da maior geração de emprego e renda; e a elaboração de brevíssimas considerações finais acerca do desenvolvimento prospectivo da RBL.

IV.1. Breve resgate das principais conclusões. Mostrou-se, nas linhas anteriores, que a região em exame experimentou crescimento de renda e geração de emprego a partir dos anos 1970, sendo três os fatores decisivos para tal (pela ordem temporal): a construção da ponte Rio-Niterói e o conseqüente aumento da atividade turística, a transformação da segunda em primeira residência por parte das pessoas que para esse espaço se dirigiam nos feriados e nas férias; e o ingresso de significativos royalties e participações especiais nas contas públicas municipais. E mais: na contramão desse processo mudancista, alguns dramas sociais foram gerados ou mesmo amplificados, como o do aumento do fosso social entre “ricos” e “pobres”, o afastamento geográfico desses últimos da costa marítima para áreas sem os devidos serviços e investimentos públicos, os graves impactos sobre seu ecossistema de rica diversidade de manguezais, rios, lagoas etc.

Apontou-se ainda que a agricultura é limitada (observe-se que ela vem sendo afetada pela expansão fundiária/imobiliária, pela degradação ambiental e pelo problema do abastecimento de água); a indústria, embora não seja espetacular, apresenta certa complexidade e capacidade de resiliência às crises econômicas (como verificado na segunda metade dos anos 2010 e início desta nova década); os serviços dispõem de certo porte e dada complexidade; igual consideração vale para a administração pública, uma vez que alguns municípios apresentam capacidade fiscal para implementar políticas anticíclicas e de gastos estimuladores da geração de emprego e renda; Saquarema, o mais novo rico da RBL, mostra-se caso especialíssimo; e, por fim, o crescimento econômico dos últimos aproximados 30 anos carrearam para os domínios da região uma série de atividades com potenciais a serem observados pelos entes governamentais ocupados com a temática do desenvolvimento regional, tendo em vista centralmente a dos aportes das rendas petrolíferas.

IV.2. Atividades com potencialidades a apoiar para efeito da maior geração de emprego e renda. De sorte a prevenir-se acerca do futuro, entende-se ser importante apoiar determinadas atividades econômicas, dadas as tabelas 3 e 4, e as análises seguintes, pinçados os setores mais geradores de emprego município a município. Destaca-se, dessa forma, que (a) Rio das Ostras, Saquarema e Cabo Frio apresentam estruturas industriais

relativamente mais complexas, secundados por Araruama; (b) Araruama, Rio das Ostras e Cabo Frio e, em certa medida, S.P da Aldeia são os que mostram maior complexidade — também relativamente — em se tratando do setor de serviços; e, (c) por suposto, cabe apoiar para valer os municípios mais “pobres”, dadas as suas respectivas fragilidades econômicas em termos de geração de emprego e renda. Verifica-se assim que, observadas as comunalidades antes anotadas, sobressaem em termos de estruturas econômicas os municípios de Cabo Frio e Rio das Ostras, secundados por Araruama, Saquarema e, por último, S. P. da Aldeia. É dizer: há potencialidades a desenvolver em termos institucionais para a consecução de uma estrutura econômica que se sustente de modo longo no tempo³⁵.

Em suma, o planejamento do desenvolvimento em escala regional tenderia a fortalecer a diversificação, consolidar a integração entre as economias municipais, fomentar encadeamentos e proporcionar maior e melhor distribuição da riqueza e da renda entre os municípios e em nível pessoal, diminuindo suas disparidades socioeconômicas.

IV.3. Brevíssimas considerações finais acerca do desenvolvimento da RBL.

Diante do que já se analisou, a região apresenta sérios problemas sociais e ambientais. Entretanto, embora essas duas dimensões da vida societária regional sejam relevantes de *per se*, elas não podem ser enfrentadas sem a consideração da dimensão econômica. Como se mostrou, o corrente crescimento do PIB regional está ancorado em variáveis (rendas petrolíferas e rendas de aposentados e pensionistas) sujeitas a instabilidades e mesmo a esgotamento.

³⁵ Para análise detida, vide as anotações que seguem. **Indústria:** (a) Rio das Ostras: extrativa mineral; metalurgia; mecânica; elétrica e comunicação; material de transportes; alimentos e bebidas e, por fim, serviço de utilidade pública; (b) Saquarema: minerais não-metálicos; material de transportes; madeira e mobiliário; papel e gráfica; química; alimentos e bebidas; serviço de utilidade pública; e construção civil; (c) Cabo Frio: química; alimentos e bebidas; (d) S. P. da Aldeia: alimentos e bebidas; construção civil; (e) Araruama: serviço de utilidade pública; construção civil; (f) Casimiro: construção civil. **Serviços:** (a) Araruama: comércio varejista; instituição financeira; administração, técnico profissional; transporte e comunicação; médico, odontológico e veterinário; e ensino; (b) Rio das Ostras: comércio varejista; instituição financeira; administração, técnico e profissional; transporte e comunicação; alojamento e alimentação; ensino; (c) Cabo Frio: comércio varejista; instituição financeira; administração, técnico e profissional; transporte e comunicação; alojamento e alimentação; médico odontológico e veterinário; e ensino; (d) Búzios: comércio varejista; transporte e comunicação; alojamento e alimentação; (e) S. P. da Aldeia: comércio varejista; comércio atacadista; instituição financeira; administração técnico profissional; transporte e comunicação; alojamento e alimentação; médico odontológico e veterinário; e Ensino; (f) Saquarema: comércio varejista; alojamento e alimentação; e (g) Arraial: alojamento e alimentação

Nesses termos, especulando, caso fosse possível enfrentar a questão ambiental e aumentar o poder de compra dos mais “pobres”³⁶ sem a devida atenção aos aspectos mencionados no parágrafo anterior, entende-se que a RBL contaria com um ecossistema preservado e pelo menos minimizaria a pobreza e a miséria, mas deixaria de ser uma economia dinâmica. Por outro lado, a desconsideração da questão social e ambiental tenderia a minar o crescimento econômico no médio e longo prazo, pois qual o sentido de as pessoas em busca de turismo e lazer se dirigirem para lugares ambientalmente degradados e com elevada incidência de população “excluída” ou “marginalizada”? Enfim: o que é ou parece sólido pode se desmanchar no ar caso não haja efetivo compromisso societário no presente com um futuro que seja economicamente sustentado, ambientalmente sustentável e socialmente mais justo (Berman, 1986)!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANP. (2024). Percentuais médios de confrontação. Referentes à produção de junho de 2024. Rio de Janeiro: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ago 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/arq-royalties/pma/2024/agosto.zip>. Acesso em: 30 ago 2024.
- BERMAN, Marshall. (1986). *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRASIL. (1997). Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm. Acesso em: 30 ago 2024.
- CRUZ, José Luiz V. e TERRA, Denise Cunha Tavares. (2018). *Petróleo e porto no estado do Rio de Janeiro/Brasil*. Revista EURE, Santiago/Chile, Volume 46, Número 139 (p. 189-208).
- IBGE. IBGE Cidades (Baixadas Litorâneas). Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/rj>. Acesso em: 29.03.2024.
- IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios* Baixadas Litorâneas). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> (economia, contas nacionais). DF/Brasília, 2010 e 2020.
- IBGE. *Produção Agrícola Municipal* (Baixadas Litorâneas). Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/rj> (agricultura e pecuária). DF/Brasília, 2022.
- IBGE. *Pesquisa Pecuária Municipal* (Baixadas Litorâneas). <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/rj> (agricultura e pecuária). DF/Brasília, 2022.
- KALECKI, Michal. (1977). *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Editora Hucitec.
- MARX, Karl. (2022). *O Capital - crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

³⁶ Através, por exemplo, de programas de transferência de renda e de políticas públicas, especialmente da econômica, proativas em relação à geração de emprego e renda.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. *CadÚnico*, 2012 e 2022. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br> (ações e programas, cadastro único). Acesso em: 30.04.2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. DF/Brasília:. Disponível em: <https://www.rais.gov.br>. Acesso em 10.02.2024.

NATAL, Jorge; CRUZ, José Luis V.; e, MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. (2023). *A atual região Norte Fluminense: dinâmica socioeconômica e desenvolvimento*. Revista Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia Política, Campos dos Goytacazes/RJ, volume 2, número 3, p. 242-270, setembro a dezembro de 2023.

NATAL, J. (2005). Afinal, como vai a economia fluminense. Boletim do Fórum de Estudos Fluminenses, Rio de Janeiro, v. VIII, n.20, p. 2-5.

NAZARETH, Paula Alexandra. (2021). Rendas Petrolíferas: tempos incertos para os Municípios do Estado do Rio de Janeiro. In: Rosélia Piquet. (Org.). *Norte Fluminense: uma região petrodependente*. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Telha, v. , p. 48-107

NEY, Marlon Gomes; CAETANO, Rodrigo da Costa. (2023). Indicadores das rendas petrolíferas da Bacia de Campos: testagem à luz da qualidade e da viabilidade nas municipalidades. *InterSciencePlace, Internatinal Scientific Journal*. Nº 2, volume 18, Abril/Junho.

NOVAIS, Fernando. (1986). *Portugal e Brasil na crise do 'antigo sistema colonial (177-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec.

SERRA, R. (2021). A nova/velha questão da divisão dos royalties. In: *Norte Fluminense: uma região petrodependente* (Org. Piquet, R.). Rio de Janeiro: Editora Tella.

Jorge Luiz Alves Natal

Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp, professor aposentado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e professor visitante-sênior do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (PPGDAP/UFF).

José Luis Vianna da Cruz

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, professor aposentado pelo Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF e professor permanente do PPGDAP/UFF.

Helcio de Medeiros Junior

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, economista aposentado pelo Instituto Pereira Passos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e pesquisador científico do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq).